



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Parecer 139 : Resposta à Comunicação da DG MARE relativa ao estado de implementação da PCP e às diretrizes para 2021

Os membros do CC Sul tomaram conhecimento da comunicação da Comissão Europeia sobre a implementação da PCP, bem como das possibilidades de pesca para 2021, e gostariam de comunicar as suas reflexões à CE. Apesar dos esforços da CE no processo de fixação das possibilidades de pesca para 2019 (clarificação do calendário de trabalho, consulta das partes sobre as possibilidades de pesca de determinadas unidades populacionais antes da publicação das suas propostas, explicações dadas sobre algumas das suas propostas, etc.), os membros da CC SUL reiteram numerosas pistas de melhoria já apresentadas no ano passado (Parecer 131).

1. Balanço da aplicação da PCP

A síntese feita pela CE dos indicadores de desempenho estabelecidos no regulamento da PCP de 2013 é, tal como no ano passado, demasiado segmentada. Não existe realmente uma análise detalhada entre o relatório sobre a capacidade da frota, o relatório sobre os indicadores económicos e o alcance do RMS. Assim, a comunicação não fornece uma avaliação transversal e comparativa dos diferentes indicadores de desempenho destacados separadamente pela CE (alcance do rendimento máximo sustentável (RMS), desempenhos económicos, avaliação da capacidade), especialmente porque o último ano considerado para a avaliação destes indicadores nem sempre é o mesmo. Por outro lado, os membros do CC Sul representando os profissionais apreciam a confirmação da evolução positiva em direção aos objetivos do PCP.

Numa outra perspetiva, as ONG ambientais do CC Sul¹ sublinham que a Comissão está agora a dar ênfase às análises em termos de volumes de desembarques e mortalidade mediana da pesca, em vez de se concentrar no número de unidades populacionais alinhadas com os objetivos de mortalidade por pesca e biomassa da PCP. Isso não reflete adequadamente os requisitos legais da PCP, que se aplicam a todos os stocks, independentemente do volume de desembarques, importância comercial ou disponibilidade de dados. Além disso, as ONG ambientais do CC Sul desejam enfatizar o facto a CE excluir da sua análise as unidades populacionais geridas com base na abordagem precaucionaria, apresentando apenas as

¹ As ONGs do CC SUL que se expressaram neste documento são: Seas at Risk, Sciaena e Oceana



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

avaliadas de acordo com o MSY, não representa uma explicação adequada da situação geral das unidades populacionais de peixes, pois não está alinhado com o objetivo da PCP de ter todas as unidades populacionais em linha com os melhores pareceres científicos e exclui da análise alguns *stocks* de extrema importância para algumas pescarias.

2. Possibilidades de pesca

a. Calendário

O CC SUL considera importante trazer maior transparência ao processo de definição das possibilidades de pesca e deixar tempo suficiente para estabelecer respostas fundamentadas e concertadas às opiniões e propostas. Apela a uma comunicação aberta, principalmente com os conselhos consultivos, da CE sobre a preparação da proposta para o regulamento das possibilidades de pesca para 2021.

b. Situação atual e fixação dos TAC

A comunicação da CE evoca brevemente o impacto da Covid-19. Os pescadores foram duramente atingidos devido à perda de mercados, às dificuldades de exportação e às regras sanitárias que têm levado muitos navios a permanecer no porto. Ora, o CIEM considerou nas suas avaliações um cenário de consumo dos TAC para 2020 a 100%, como é normalmente feito. Os membros do sector consideram que seria aconselhável avaliar, depois das férias, a possibilidade de solicitar uma atualização dos pareceres no outono relativamente a certas unidades populacionais para as quais esse consumo não poderá ser alcançado até ao final do ano. A Comissão, os Estados-Membros e a indústria poderiam trabalhar em conjunto para identificar as reservas em questão. Por outro lado, os membros do setor do CC SUL gostariam que a possibilidade de aumentar a flexibilidade interanual para certas unidades populacionais fosse examinada à luz deste mesmo consumo dos TAC. Ao definir os próximos TACs, também será necessário levar em consideração o impacto dessa crise nos profissionais que, apesar da diminuição da lucratividade, foram ao mar para levar alimentos para terra.

Além disso, as medidas de segurança sanitária tomadas desde o início da crise do COVID-19 perturbaram a maioria dos programas de aquisição de dados científicos em que se baseiam as avaliações das unidades populacionais (campanhas oceanográficas, amostragem de



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

capturas, atividades socioeconómicas, observações no mar, etc.). A título de exemplo, algumas campanhas científicas tiveram de ser canceladas ou significativamente modificadas. A representatividade dos dados biológicos adquiridos em 2020 relativamente a certas unidades populacionais é assim suscetível de ser expressivamente reduzida, tanto espacialmente (partes significativas da área de distribuição e, por conseguinte, da biomassa da unidade populacional não amostrada) como temporalmente (fases cruciais do ciclo de vida não amostradas ou subamostradas, tais como o período de desova para avaliar a abundância de ovos e os níveis de recrutamento). Os membros do sector do CC SUL estão particularmente preocupados com a influência nos diagnósticos científicos e nas oportunidades de pesca que tais limitações poderiam ter, especialmente para espécies de ciclo curto como a anchova e a sardinha.

As ONG reconhecem as dificuldades que muitos profissionais enfrentaram. No entanto, enquanto as medidas de resposta à Covid-19 oferecem apoio a curto prazo, um ambiente marinho sustentável é a base da subsistência a indústria pesqueira a longo prazo. Tal só pode ser alcançado através da fixação de TAC que não excedam os pareceres científicos, com o fim de recuperar e manter as unidades populacionais acima de níveis que possam produzir o MSY, conforme legalmente exigido pela PCP.

Existe atualmente uma grande série de unidades populacionais em RMS. A fim de conciliar as abordagens científicas com os imperativos sociais e económicos e para evitar a alternância de grandes aumentos e depois grandes diminuições dos TAC através da aplicação rigorosa da abordagem RMS, os membros do sector do CC SUL apelam a uma maior estabilidade nas oportunidades de pesca, limitando as variações em F dentro do intervalo de variação do RMS, tal como determinado pelo CIEM. O sector do CC SUL apoia, por conseguinte, a vontade da CE de fazer o melhor uso das possibilidades abertas pelos planos de gestão das gamas F com base nos pareceres do CIEM. No entanto, como não foram iniciadas discussões entre a CE e o CIEM sobre a aplicação operacional das disposições do artigo relativas aos objetivos-alvo dos planos plurianuais, a utilização dos escalões superiores de FRMS terá de basear-se em considerações pragmáticas, ou em trabalhos científicos fora das instâncias do CIEM. Em relação com a obrigação de desembarque (OD), seria apropriado que a fixação das possibilidades de pesca seguisse a mesma tendência para espécies altamente correlacionadas entre si nas capturas (por exemplo, tamboril, areeiro, raia, etc.). O trabalho realizado por Sparholt et al. para determinar os valores de RMS à



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

escala do ecossistema deve também ser utilizado neste quadro.

Neste mesmo objetivo, o CC SUL recorda, por outro lado, a possibilidade prevista no Plano de Gestão das Águas Ocidentais de adotar regras de funcionamento através da regionalização, abrindo a possibilidade de implementar uma gestão plurianual e encorajando a participação das partes interessadas na tomada de decisões. A comunicação da Comissão não menciona a declaração de final de ano sobre a possibilidade de estabelecer TAC plurianuais para as unidades populacionais do Atlântico Nordeste, apoiada pela Comissão Europeia, França, Espanha e Suécia. Em relação aos Planos de Manejo, as ONGs ambientais do CC Sul lembram que, se medidas adicionais que não os limites de captura forem introduzidas, elas deverão estar associadas a métodos juridicamente vinculativos, confiáveis e robustos de documentação das capturas, como observadores a bordo ou a monitorização remota electrónica (REM), a fim de conhecer bem a atividade de pesca.

Para além de relembrar o objetivo geral da PCP, a comunicação não indica qual será a posição da CE em relação às unidades populacionais para as quais o alcance do RMS em 2021 é difícil de conciliar com a manutenção da atividade económica. Sem pôr em causa o desejo comum de avançar para este resultado, os membros do setor do CC SUL desejam recordar que o objetivo de alcançar o RMS a muito curto prazo deve ser avaliado num contexto diferente do de 2013: efeitos reais e prejudiciais da mudança global, o impacto significativo e crescente da pesca recreativa em certas unidades populacionais e sem esquecer as repercussões da crise sanitária incomparável de 2020 e as fortes incertezas em conexão com a saída do Reino Unido da UE. A realidade de hoje em dia deve levar-nos a distinguir entre as unidades populacionais relativamente às quais o objetivo é sustentável e aquelas relativamente às quais deve ser favorecida uma abordagem mais pragmática. Deveria ser realizado um trabalho de recenseamento destas últimas. Se as ONG ambientais do CC Sul reconhecerem que foram feitos progressos na redução do número de unidades populacionais com sobrepesca desde a reforma de 2013, lembram que a UE deve acabar com a sobrepesca de todas as unidades populacionais até 2021 sem mais demoras.

c. Obrigação de desembarque

No que diz respeito à implementação da obrigação de desembarque, a CE destaca a questão do controlo, que, na sua opinião, continua por resolver até à presente data. Os membros que representam o setor no CC Sul consideram que o controlo total não será certamente



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

uma solução e um passo em frente para tornar a obrigação de desembarque mais aceitável para os pescadores.

A vontade de deduzir a priori as quantidades potenciais correspondentes às isenções de minimis está em contradição com o objetivo de reduzir as devoluções, uma vez que não são concedidos incentivos para apoiar práticas melhoradas. Os membros do setor CC SUL reiteram a sua posição a favor de um reequilíbrio dos TAC durante o ano ou no seu final. De facto, o método de cálculo utilizado pela Comissão não tem em conta as realidades no mar e, devido à abordagem de precaução, tende a maximizar as potenciais devoluções.

Torna-se necessário que a CE explique claramente, em concertação com as partes interessadas, e antes do Conselho de Ministros, o mecanismo de cálculo das quantidades correspondentes a cada isenção de minimis (incluindo as fontes e os valores dos dados utilizados), a fim de evitar qualquer erro manifesto nas estimativas.

Os membros que representam as ONG ambientais continuam preocupados com o apoio contínuo da Comissão a várias abordagens para enfrentar os desafios da OD (como estabelecer TACs com base em pareceres de captura, isenções de OD e TACs de bycatch) apesar do claro reconhecimento por parte da Comissão de que o cumprimento da obrigação permanece fraco. Continuar a aplicar tais abordagens com base no pressuposto de total conformidade, embora reconhecendo que as devoluções não reportadas continuam, é incongruente e põe em risco prossecução dos objetivos da PCP. O uso de , com base em evidências e dados científicos pouco claros, quando faltam medidas de controle fortes e eficazes, apenas aumenta o risco sobrepesca de unidades populacionais já em mau estado. As ONGs ambientais do CC do SW são, portanto, favoráveis à introdução de um sistema de monitoramento confiável, incluindo os REMs. O aumento na adoção enquanto faltam monitorização, controlo e implementação robustos e eficazes, apenas aumentou o risco de sobrepesca em unidades populacionais em condições já precárias e prejudica a própria base da PCP. Portanto, as ONG ambientais apoiam o introdução de monitorização confiável, incluindo o REM, e a definição do TAC deve refletir que rejeições não reportadas continuam, apesar da OD.